

# DESIGUALDADES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO EDUCATIVA DOS ADULTOS: PARA UM PROGRAMA DE PESQUISA PLURIPERSPETIVADA E PLURIESCALAR DOS PROCESSOS SOCIAIS DO ENVOLVIMENTO DOS ADULTOS EM PRÁTICAS EDUCATIVAS

## RESUMO

Nesta comunicação apresentamos as principais linhas estruturantes de uma proposta para um programa de pesquisa, em fase de desenvolvimento, que toma como objeto central a participação educativa das pessoas adultas. Partindo de uma intenção de esclarecimento analítico dos processos de participação educativa num contexto multiforme e multidimensional de políticas, estruturas, práticas e atores sociais, pretendemos reconstituir e analisar os trajetos sociais, educativos e profissionais dos seus protagonistas, bem como as experiências - presentes ou num passado recente – em iniciativas do campo alargado da educação e formação de adultos. Paralelamente, propomo-nos articular as questões da participação educativa com o esclarecimento do modo como esta é condicionada pelos contextos socioterritoriais e organizacionais em que se insere, e pelas circunstâncias de vida que a balizam, contemplando também o enquadramento político das reconfigurações neste setor das políticas sociais, contribuindo assim para o debate em torno da educação de adultos enquanto direito social e vetor de promoção de cidadanias ativas e plenas.

## INTRODUÇÃO

A educação de adultos vem assumindo uma centralidade crescente no debate político e no trabalho científico sobre a educação, surgindo hoje como um campo multiforme de práticas sociais, com contornos razoavelmente consolidados, em que se cruzam políticas e dispositivos educativos, práticas e relações sociais de formação, pessoas adultas de diferentes condições e com modos muito diversos de se relacionarem com as práticas educativas.

É um campo que, nas últimas décadas, conheceu alterações importantes e novos desafios, em resultado de mudanças sociais e políticas significativas, de novas práticas desenvolvidas por um leque cada vez mais alargado de protagonistas e instituições e do debate programático que em diferentes fóruns nacionais e internacionais tem sido promovido. Por estas razões, a educação de adultos instiga a sua abordagem científica, nomeadamente em Portugal, onde, não obstante alguns avanços recentes, com particular expressão no domínio da apreciação das políticas públicas para o setor, a bibliografia científica sobre esta temática permanece relativamente escassa. Com efeito, a investigação educacional neste domínio tem ainda um relevante caminho a percorrer, em particular no que concerne à respetiva especificação empírica, faltando estudos capazes de analisar, no terreno, a articulação dos fenómenos de educação e aprendizagem ao longo da vida com as dinâmicas socioeducativas locais, as trajetórias sociais, escolares e profissionais dos seus protagonistas, as estratégias e racionalidades dos grupos sociais e indivíduos envolvidos.

Para estudar as práticas educativas protagonizadas por pessoas adultas, não podemos deixar de considerar as circunstâncias económicas e políticas em que se tem verificado a consolidação deste campo da educação e formação, a qual tem sido acompanhada por um ajustamento do seu discurso e sentidos programáticos. Se, refletindo uma permanência de valores, persistem as preocupações em torno do aprofundamento da democracia e da promoção do desenvolvimento, assiste-se a um claro reforço, no que à perspetivação da participação educativa dos adultos concerne, das questões relacionadas com as problemáticas da competitividade económica e do emprego, associadas frequentemente aos temas da prevenção e coesão sociais. Estamos perante

**Roths, Luís**

*inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação  
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto*

**Lopes, Liliana**

*inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação  
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto  
Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho  
Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia*

**Queirós, João**

*Instituto de Sociologia da Universidade do Porto  
inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação  
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto*

**Martins, Filipe**

*inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação  
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto*

**Monteiro, Hugo**

*inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação  
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto*

**Moreira, Jorge**

*inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação*

**Vieira, Isabel**

*inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação  
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto  
lrothes@ese.ipp.pt; lilianalopes@ese.ipp.pt; jqueiros@letras.up.pt; filipemartins@ese.ipp.pt; hugomonteiro@ese.ipp.pt; jreismoreira@gmail.com; isabelvieira@ese.ipp.pt*

**Palavras-chave**

educação e formação de adultos, participação educativa, desigualdades sociais

o que parece ser um processo de “pedagogização do social” (Correia, 2001): os atores sociais tendem a ser definidos à luz de um modelo “deficitário”, aparecendo como “mobilizáveis” para processos de formação que se crê poderem funcionar como instrumentos decisivos para a solução dos problemas económicos e sociais existentes (e aqui tanto a nível pessoal, como coletivo). A prevalência de perspetivas deste tipo reforça as tendências favoráveis ao desenvolvimento de políticas de educação de adultos associadas a modelos de modernização e controlo estatal e de gestão de recursos humanos (Lima & Guimarães, 2011), usualmente entretecidas em formulações híbridas que são, o mais das vezes, o resultado de associações plurais e heterogéneas das políticas públicas para este setor com políticas reguladoras de outros setores das políticas públicas, tais como as políticas económicas, laborais ou de proteção social. Atendendo à evolução muito recente do setor em Portugal, podemos mesmo afirmar que as concretizações mais expressivas das políticas para o campo da educação e formação de adultos expressam, de uma forma geral, a prevalência de abordagens que privilegiam iniciativas de formação profissional – dando corpo a uma lógica de atuação que alguns autores vêm designando como “vocacionalista” (e.g., Stoer, Stoleroff, & Correia, 1990) –, e, paralelamente, processos conducentes à certificação académica da população adulta, que se evidencia, aliás, como uma meta central das políticas prosseguidas neste setor.

A crença na importância e papel da educação e da formação admite várias leituras, com repercussões sociais e políticas também elas diferenciadas. Na esfera política, como vimos, diferentes lógicas de intervenção articulam-se a partir de, e sustentando, concepções muito distintas da relação entre educação e desenvolvimento e, portanto, concepções muito distintas de política educativa. No plano social, por seu turno, verifica-se que o modo como os indivíduos e as famílias interpretam aquela relação e fazem a economia do seu investimento escolar depende não apenas da apreciação da situação económica geral, das oportunidades de educação e formação disponíveis e do conteúdo e capacidade de penetração dos discursos político-mediáticos que sobre este tema são produzidos, mas também de um complexo de fatores envolvendo os contextos pessoal, familiar, laboral e comunitário em que esses indivíduos e essas famílias se inserem – fatores que inevitavelmente influenciam os processos de (re)definição identitária e de delimitação de projetos de vida e, enfim, as racionalidades e motivações que enformam a sua participação em atividades de educação e formação de adultos, sejam elas de caráter formal e associado à qualificação escolar e profissional, sejam elas encaradas desde uma perspectiva do ócio/ocupação de tempos livres, maioritariamente de caráter informal e não-formal.

É no quadro destas circunstâncias sociais complexas que nos interessa avançar na interpretação dos processos de envolvimento das pessoas adultas nas práticas educativas. Num setor em que a participação não é, em geral, institucionalmente forçada, mas no qual se assiste também à ocorrência de modalidades de frequência compulsiva, em que se torna bastante expressiva a ênfase na obrigação da educação em detrimento do direito à educação, queremos avançar na especificação empírica e no esclarecimento analítico de algumas questões fundamentais relativas à participação educativa de adultos.

## OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO PROGRAMA DE PESQUISA

Com o programa de pesquisa que aqui brevemente se apresenta, pretendemos reconstituir e analisar os trajetos sociais, educativos e profissionais, bem como as experiências, de pessoas adultas envolvidas – presentemente ou num passado recente – em iniciativas do campo alargado da educação e formação de adultos. Entendendo estas iniciativas como processos socioeducativos de interação entre formandos/as e educadores/as, pelos quais as mundividências, atitudes, expectativas e práticas se influenciam reciprocamente, criando contextos singulares de ensino-aprendizagem, interessa-nos ainda lançar o olhar sobre as trajetórias e experiências destes/as últimos/as, de forma a promover uma caracterização contextualizada e multifacetada da participação das pessoas adultas em práticas educativas. Assim, e em resumo, privilegiaremos dois vetores de análise:

- Um vetor referente às trajetórias sociais, formativas e profissionais de adultas/os-formandas/os, o que implica conhecer os seus percursos escolares e profissionais; mapear o seu envolvimento em dinâmicas socioeducativas de caráter não-formal e informal, nomeadamente por via da participação em movimentos associativos e/ou em projetos ancorados em processos e práticas socioeducativas da animação comunitária; e perceber os modos como estas pessoas encaram a sua participação em processos educativos. Para isto, é fundamental esclarecer também os seus projetos de vida, as suas aspirações, as opções educativas que valorizam, as dificuldades que antecipam, entendendo quais as suas expectativas relativamente a benefícios esperados, nas várias dimensões da sua vida, decorrentes da participação em práticas de educação e formação, e o modo como a sua participação é influenciada pela sua desigual condição social, nomeadamente pelos recursos económicos, sociais, culturais e simbólicos que, em cada fase da sua vida, são capazes de mobilizar;
- Um vetor referente às trajetórias socioprofissionais das/os educadoras/es implicadas/os em iniciativas de educação e formação de adultos, considerando os processos de desenvolvimento da sua profissionalidade no campo, as relações institucionais e condições laborais que contextualizam a sua prática educativa e ainda o modo como perspetivam a relação estabelecida em contexto de educação/formação com as pessoas adultas com as quais trabalham.

Embora este olhar sobre o campo da educação e formação de adultos pareça privilegiar a dimensão microsociológica do fenómeno da participação educativa, vale a pena sublinhar que um dos propósitos fundamentais deste estudo é o esclarecimento do modo como essa participação educativa é condicionada pelos contextos socioterritoriais e organizacionais em que a mesma se insere, e pelas circunstâncias de vida que a balizam. O enquadramento social e político das trajetórias dos protagonistas das práticas de educação e formação de adultos passará, com efeito, pela apreciação de aspetos de ordem micro, meso e macro-social, tais como:

- as circunstâncias da vida familiar, em diferentes dimensões da sua concretização;
- o modo como os membros significativos das suas redes de relações sociais encaram a educação;
- o modo como o(s) contexto(s) comunitário(s) de inserção se organizam e proporcionam oportunidades para a participação em atividades de educação e formação de adultos;
- a condição perante o trabalho e, no caso das pessoas empregadas, as características das organizações empregadoras, a atitude destas face à formação e as orientações ideológicas prevalentes quer nos locais de trabalho, quer no nível mais geral das políticas laborais;
- os contornos específicos de que se revestem, em situação de desemprego, as apropriações locais do campo da educação e formação de adultos como estratégia de (re)inserção laboral, lidos num quadro amplo de análise da interpenetração

entre as políticas públicas reguladoras do setor e as políticas sociais orientadas para o combate ao desemprego e para a promoção da inserção social;

- as características das entidades promotoras no que concerne à sua localização no espectro plural das organizações dedicadas ao desenvolvimento de iniciativas de educação e formação de adultos;
- o caráter formal, não formal e informal dos processos educativos;
- as práticas pedagógicas implementadas.

A análise da participação de pessoas adultas em dinâmicas de educação e formação deve atender à complexidade que compõe as sociedades locais, recorrendo a um registo de justificação compósita que articule a observação local com a reflexão sobre os aspectos mais globais do mundo em que vivemos, incluindo a dimensão sócio-histórica, de modo a contextualizar, no espaço e no tempo, o estudo das políticas e da acção educativas (Ferreira, 2005, p. 86).

O estudo considerará as condições estruturais em que a educação de adultos se realiza e serão, portanto, examinadas as problemáticas sociais, técnicas, económicas e político-jurídicas que estabelecem as condições de produção, estruturação e desenvolvimento do campo da educação de adultos no quadro específico da realidade portuguesa. Agora, reconhecendo o peso das condicionantes que estruturam o campo da educação de adultos, desejamos sem dúvida afirmar que a sua realização no espaço local resulta da combinação diversificada de estruturas, contextos, atores e práticas. Queremos, por isso, captar a participação na educação de adultos, na sua diversidade, para que seja possível esclarecer os processos pelos quais essa participação se concretiza, o jogo de lógicas nela implicado e os contextos e condições em que ela se realiza.

Radica nesta ambição a opção que fizemos pela definição de unidades de análise de base socioterritorial, nas quais se cruzam diferentemente as lógicas de globalização, europeização e

territorialização das políticas sociais e educativas com impacto ao nível dos trajetos formativos dos adultos. Estas unidades de análise localizam-se na região Norte de Portugal.

Procuraremos recolher dados que nos permitam apreciar o impacto desta participação educativa na vida laboral das pessoas adultas, seja em termos de relação com o emprego, de valorização profissional ou de mobilidade horizontal ou vertical, mas não deixaremos de dar atenção a outros tipos de impactos pessoais e sociais da formação, designadamente os que estão relacionados com o bem-estar subjetivo, as relações familiares e comunitárias, a saúde, a atitude perante a aprendizagem, as práticas de fruição e criação culturais, a implicação na vida cívica e política.

## **UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS “BARREIRAS” À PARTICIPAÇÃO EDUCATIVA DOS ADULTOS**

O estudo que aqui se apresenta é também um estudo sobre as “barreiras” que se colocam à participação educativa dos adultos. Com ele, pretendemos fazer avançar o conhecimento sobre os fundamentos das aparentes contradições entre um desejo muito disseminado de participar, um discurso político incitador à participação, e um acesso bem mais limitado das pessoas adultas às ofertas educativas disponíveis.

Sendo múltiplas, as “barreiras” a que aqui nos referimos podem ser agrupadas em três grupos: i) aquelas que resultam da condição social dos adultos pouco escolarizados; ii) as que se manifestam na disposição dos potenciais formandos; e iii) as que têm origem na forma como se organiza a resposta institucional (Carp, Peterson, & Roelfs, 1974). Todas são passíveis de ser lidas à luz de perspetivas de análise que entrecruzam dimensões micro, meso e macrosociológicas, pelo que a sua interrogação abre possibilidades à elaboração de uma visão “pluriescalar” dos processos de regulação das políticas públicas determinantes para cada um dos tipos de obstáculos à participação a que nos reportamos (Barros, 2013).

As ocupações profissionais e familiares são obstáculos decisivos que decorrem da condição social dos adultos. As primeiras são as mais referidas, já que em ambos os sexos a dificuldade de conciliar ocupação profissional e formação é bem evidente, ao passo que as segundas são especialmente constrangedoras para as mulheres, por sobre elas recaírem ainda demandas muito pesadas a este nível. As estatísticas para a educação avançadas pela OCDE em 2011 evidenciam que em Portugal, de entre as pessoas entre os 25 e os 64 anos que não participavam em atividades de educação e formação, 46.5% apontavam conflitos com o horário de trabalho ou falta de apoio por parte da entidade empregadora como principais motivos para o seu não envolvimento, e 34.5% referiam a falta de tempo devida a ocupações familiares como principal obstáculo à participação (OECD, 2011).

A aposta na formação é também mais fácil quando se antecipam vantagens na inserção ou progressão profissionais, mas, sobretudo em contextos económicos em que a competitividade continua a assentar nos baixos salários pagos a uma mão-de-obra pouco qualificada, a adesão à formação tende a enfraquecer, quantas vezes aguardando uma eventual descompressão das exigências profissionais e, sobretudo nas mulheres, dos encargos familiares. No mesmo relatório, os números relativos às motivações para a participação em dinâmicas não-formais de educação e formação, revelam a centralidade das expectativas em torno do emprego: 85,9% dos participantes envolve-se esperando melhorar as perspetivas de progressão na carreira ou as garantias de manutenção do emprego; 31,8% aponta o aumento da sua empregabilidade como razão principal para o envolvimento (OECD, 2011).

Ainda relacionadas com as condições sociais dos adultos, importa considerar as barreiras à participação relacionadas com os trajetos dos adultos pouco escolarizados. Com origem em famílias socialmente desfavorecidas e, muitas vezes, numerosas, estas pessoas experimentaram quase sempre uma inserção profissional precoce, em atividades económicas pouco exigentes em termos de qualificações académicas. A escolarização limitada sofreu um processo de naturalização, já que, em tempos de uma escola elitista, se construiu a ideia da normalidade dessa situação, assim tolhendo a implicação em novas oportunidades

educativas. Dados de 2007 revelam que, entre a população portuguesa adulta, a taxa de participação em dinâmicas de educação e formação das pessoas mais qualificadas é mais de quatro vezes superior à taxa de participação das pessoas com qualificações mais baixas, que se fica nos 11% (OECD, 2011).

Estas condições repercutem-se de um modo muito significativo na disposição dos adultos para a formação e no modo como estes encaram a possibilidade de se implicarem num processo formativo. É o segundo tipo de barreiras mencionado. Os potenciais formandos tendem a considerar-se como “demasiado velhos para aprender”, sublinham as dificuldades e minorizam a importância que atribuem a esta nova experiência educativa. A falta de confiança é uma barreira essencial e o receio de falharem muito evidente. O eventual “retorno à escola” comporta o risco, subjetivamente antecipado, de colocar em causa a ideia construída e muitas vezes sedimentada de que “só não se progrediu” na escolarização porque “não se teve oportunidade” de o fazer.

Há, enfim, que realçar um terceiro tipo de barreiras: as que resultam da forma como se organiza a resposta institucional. Precisamente por existirem aquelas outras barreiras, não é suficiente disponibilizar um certo “serviço educativo”. Na verdade, o que a evidência obtida no terreno parece indicar é que é necessário conquistar a participação dos adultos com base num trabalho comunitário de proximidade, indispensável para que se possam sustentadamente ultrapassar os diferentes obstáculos à sua participação educativa. É crucial um esforço permanente para compatibilizar os dispositivos formativos com as diferentes situações de vida dos adultos, especialmente dos que têm estado mais arredados da formação. Só adequando essa formação aos seus contextos familiares e profissionais, às condições reais da sua vida quotidiana, aos seus anseios e receios, conseguiremos avanços significativos no direito à educação. As respostas institucionais de educação de adultos devem ultrapassar os modelos escolares, reconhecer e valorizar os diferentes percursos de vida e formação e, escapando a estruturas rígidas e uniformizadas, ser flexíveis na construção de programas, na escolha de formadores e na definição de locais e tempos de formação. Por isso, este projeto de investigação está igualmente empenhado

em estudar diferentes dispositivos de educação de adultos e em interpretar o processo de envolvimento no campo dos próprios educadores. Perante uma realidade desafiante, as entidades e profissionais que trabalham nesta área são confrontadas diariamente com importantes dilemas (Roths et al., 2006), que o projeto não deixará de procurar discernir e interrogar.

É certo que a adesão de membros adultos das classes populares a estes processos educativos estará sempre muito condicionada pelas suas circunstâncias sociais. A evidência que vai sendo possível obter no terreno – e que este projeto pretende sistematizar – aponta para a pertinência da hipótese de a aposta das classes populares na educação sair beneficiada quando há uma inserção profissional mais estável, uma experiência de escolarização um pouco mais longa e menos traumática e um envolvimento em diferentes espaços de participação cívica e comunitária (sindicatos, paróquias, associações, clubes, etc.). É geralmente num quadro como este que se verifica um maior investimento das famílias dos meios populares na escolarização dos filhos (e.g., Beaud, 2003; Mauger, 2012), sendo razoável admitir que o mesmo se passa, também, em processos de educação de adultos, designadamente de escolarização compensatória. É uma hipótese consistente considerar incomparavelmente mais árduo conquistar para a formação as pessoas que vivenciaram experiências escolares marcadas pelo insucesso, que tiveram vidas profissionais instáveis e percursos persistentes de exclusão social. Nestes adultos, será bem maior a distância entre o desejo de atingir determinadas metas educativas e a disponibilidade para concretizar projetos, mais ou menos difusos, de valorização educativa.

Ora, é precisamente nestas condições sociais mais difíceis para a participação dos adultos que é crucial um trabalho educativo de proximidade, que não se esgote numa perspetiva meritocrática de valorização de “capazes”, nem se limite a uma abordagem “missionária” de conversão de “incultos”, mas que concilie a educação de adultos com as condições e as aspirações populares, enfatizando o seu papel na construção de cidadanias ativas, valorizando o comprometimento dos adultos com a apropriação transformadora da realidade pessoal e social. O sucesso da educação de adultos passa, decisivamente, pela capacidade de

explorar as possibilidades mobilizadoras de todas as modalidades de trabalho educativo, o que, nas condições específicas de uma sociedade com baixos índices de escolarização, passa, também, por responder às expectativas de formação para o trabalho e por tocar na aspiração legítima de alcançar um diploma escolar, através de uma experiência sucedida e compensadora.

A este propósito, importará também considerar os contributos que o conceito de “itinerário de ócio” (Monteagudo & Cuenca, 2012) pode trazer a esta pesquisa. A análise diacrónica das trajetórias de ócio – suas transformações, continuidades, padrões, e respetivas motivações e sentidos desde o ponto de vista dos seus protagonistas – releva para a compreensão dos modos e modalidades de envolvimento em atividades de educação e formação de adultos ao longo da vida (Monteagudo & Cuenca, 2012). Num quadro de apreciação positiva do envolvimento em atividades socioeducativas de caráter informal e não-formal, haverá tendência a procurar a continuidade de uma participação pessoalmente gratificante que, do ponto de vista social e político, pode promover contextos de desenvolvimento social e comunitário conseqüente. Os adultos com experiências gratificantes de formação são sempre os principais embaixadores destes processos e corresponsáveis essenciais pela construção de um novo olhar social sobre o direito dos adultos à educação.

## NOTAS PARA UM PLANO DE INVESTIGAÇÃO

Estando a pesquisa em fase arranque, é ainda de uma proposta que se deve falar quando o que está em causa é enquadrar a investigação do ponto de vista da respetiva metodologia. Como julgamos que terá ficado já patente, o que se pretende concretizar é um estudo pluriperspetivado e pluriescalar da participação educativa de pessoas adultas, tomando como ponto de partida contextos socioterritoriais e institucionais particulares, e partindo da reconstituição e análise das experiências de participantes ou ex-participantes em iniciativas de educação de adultos, sejam eles aprendentes ou educadores.

Ainda que se privilegie uma aproximação sociológica ao campo da educação de adultos e da participação educativa, é importante que essa aproximação não se traduza num reducionismo disciplinar: pretende-se, com efeito, que o estudo seja sensível a outras perspetivas, numa leitura aberta dos fenómenos da educação e formação, e que considere as condições psicológicas e sociais, biográficas e contextuais em que aqueles se realizam.

A análise dos processos sociais de envolvimento das pessoas adultas nas práticas educativas exige, para concretização de uma abordagem como a que preconizamos, uma perspetiva territorializada, pelo que se definiram unidades locais de análise capazes de possibilitar o acesso privilegiado a contextos social e institucionalmente muito diversificados – e, portanto, a práticas e protagonistas de processos de educação e formação de adultos também elas muito diferenciadas. A seleção dos contextos que suportam a dimensão empírica desta investigação, contextos todos eles localizados, como vimos, na região Norte de Portugal, incide, nesta altura: num contexto periférico da malha urbana e social da cidade central da área metropolitana do Porto; numa coletividade do Vale do Ave, um contexto marcado pela transformação acelerada do tecido económico e produtivo, com forte impacto no emprego e, portanto, nas trajetórias laborais e sociais da população local; e numa unidade de análise que proporcionará o acesso às dinâmicas mais específicas da formação profissional e da relação das empresas com a participação educativa dos trabalhadores.

A implementação de dispositivos de observação das atividades de educação e formação de adultos em desenvolvimento nos contextos selecionados para estudo detalhado será articulada com uma abordagem biográfica centrada nos respetivos protagonistas (formandos e formadores). O trabalho de entrevista em profundidade a realizar nos contextos selecionados para estudo detalhado será prolongado através de atividades complementares de contacto com outras pessoas adultas que participam ou participaram em processos de educação e formação na região Norte. O objetivo é constituir um corpus alargado de entrevistas de “relato de vida” capaz de dar conta, de forma longitudinal, das decisões educativas das pessoas adultas, dos processos educativos em que estas se vão envolvendo ao longo da sua vida, das competências que vão promovendo, do retorno do seu envolvimento em processos formais, não formais e informais de educação, e da relação de todas estas questões com os aspetos fundamentais das respetivas trajetórias sociais, profissionais e escolares iniciais. A este corpus de entrevistas acrescentar-se-á um outro, composto por entrevistas a profissionais que trabalham ou até recentemente trabalharam neste setor. Neste caso, a finalidade é a de retratar a diversidade de perspetivas, estratégias e práticas profissionais, bem como a diversidade de formas de constituição de profissionalidade, característica desta área de atuação educativa.

O dispositivo de pesquisa exigirá, finalmente, uma colaboração estreita entre diversos protagonistas:

- a equipa de investigação<sup>1</sup> sediada no inEd, que procurará incorporar nas suas atividades estudantes de formação pré e pós-graduada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto sempre que essa integração fortaleça coerentemente as propostas de trabalho de unidades curriculares relevantes para este estudo, possibilitando, por outro lado, o desenvolvimento de projetos de investigação no âmbito de mestrados e doutoramentos na área da educação e formação de adultos;

- as investigadoras e investigadores com pesquisa em áreas relevantes para o projeto;
- uma rede de entidades promotoras de educação e formação de adultos na região Norte, que possibilite a constituição do painel de participantes e ex-participantes em iniciativas deste tipo essencial à construção de uma base de dados longitudinal significativa.

É com este dispositivo de pesquisa que pretendemos contribuir para o esclarecimento analítico do campo da educação de adultos, um campo multiforme, que se constitui como uma combinação intrincada de estruturas, contextos, práticas e atores sociais. É este campo complexo, marcado por tensões importantes e por desafios exigentes, que desejamos ajudar a desvendar, focados analiticamente na elucidação dos processos de participação educativa dos adultos. Trata-se de um esforço que consideramos decisivo para um debate mais informado sobre as suas condições presentes e os seus desafios futuros.

<sup>1</sup> A equipa do projeto de investigação Desigualdades Sociais e Participação Educativa dos Adultos, coordenada cientificamente por Luís Rothes, integra ainda Ivaneide Mendes (inEd; ESE-IPP), para além dos restantes autores da comunicação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, R. (2013). *As políticas educativas para o sector da educação de adultos em Portugal: as novas instituições e processos educativos emergentes entre 1996-2006*. Lisboa: Chiado Editora.
- Beaud, S. (2003). *80% au bac... et après? Les enfants de la démocratisation scolaire* (2ème Éd.). Paris: Éditions La Découverte.
- Carp, A., Peterson, R., & Roelfs, P. (1974). Adult learning interests and experiences. In K. P. Cross, J. R. Valley & Associates (Eds.). *Planning non-traditional programs: An analysis of the issues for postsecondary education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Correia, J. A. (2001). A construção científica do político em educação. *Educação, Sociedade e Culturas*, 15, 19-43.
- Ferreira, F. I. (2005). *O local em educação – animação, gestão e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, L. C., & Guimarães, P. (2011). *European strategies in lifelong learning. A critical introduction*. Opladen: Barbara Budrich Publishers (Coleção *Study Guides in Adult Education*).
- Mauger, G. (2012). *A «Teoria da Reprodução» posta à prova da «massificação do ensino»*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Organization for Economic Co-operation and Development [OECD]. (2011). *Education at a glance 2011: OECD Indicators*. Paris: OECD.
- Monteagudo, M. J., & Cuenca, M. (2012). Los itinerarios de ocio desde la investigación: tendencias, retos y aportaciones. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 20, 103-135.
- Roths, L. A., Santos Silva, O., Guimarães, P., Sancho, A. V., & Rocha, M. A. T. (2006). Para uma caracterização de formas de organização e de dispositivos pedagógicos de educação e formação de adultos. In L. Lima (Org.), *Educação não escolar de adultos. Iniciativas de educação e formação de adultos em contextos associativos* (pp. 181-204). Braga: Universidade do Minho.
- Stoer, S. R., Stoleroff, A. D., & Correia, J. A. (1990). O novo vocacionalismo na política educativa em Portugal e a reconstrução da lógica da acumulação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, 11-53.